

# Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - Nº 49 - Julho de 2009

[www.unipa.cjb.net](http://www.unipa.cjb.net) / [unipa\\_net@yahoo.com.br](mailto:unipa_net@yahoo.com.br)

## A luta combativa de estudantes e trabalhadores na USP contra as ofensivas do capital!

As mobilizações na Universidade de São Paulo (USP) se transformaram nos dois últimos anos nas mais importantes experiências coletivas de luta para estudantes e trabalhadores. No final de abril de 2007, a reitoria da USP foi ocupada e a partir de então um movimento massivo, com assembleias de dois mil estudantes sustentaram as mobilizações contra a política educacional do Governo Serra. Dois anos depois, a universidade paulista é palco de importantes mobilizações, e novamente traz importantes exemplos para o conjunto da classe trabalhadora.

A ocupação de 2007, a despeito de todos os exemplos positivos, foi derrotada pelos setores paragovernistas do PSTU e PSOL, que transformaram a ocupação da USP na fracassada Frente de Luta Contra a Reforma Universitária. (Ver Causa do Povo 34, julho de 2007). A partir de então, a reitoria da USP e o governo Serra começaram a perseguição política aos estudantes e trabalhadores da USP, que resultou em dezembro de 2008 na demissão do sindicalista Claudionor Brandão do Sindicato de Trabalhadores da USP (SINTUSP).

Além disso, no ano de 2008 o governo Serra intensificou a privatização das Universidades Paulistas, que tem como principal projeto a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Isso resultou em esporádicas manifestações nos campi das três estaduais paulistas.

No dia 05 de maio de 2009, os trabalhadores da USP declaram greve e reivindicam além do aumento salarial, reintegração de Brandão, retirada dos processos contra servidores e estudantes, o fim da UNIVESP e Plano de Carreira. As mobilizações na universidade ganham intensidade e apoio de

setores estudantis na USP e em outras universidades como o Campus de Marília da UNESP. No início de Junho a reitora Suely Vilela chamou a PM para ocupar a Universidade. Vários estudantes entraram em greve. No dia 09 de junho, a PM reprimiu um ato de quase mil estudantes que fecharam a entrada principal da Cidade Universitária. Tal ato não pode ser visto de forma isolada, pois se trata de uma política do governo Serra que nas mobilizações de 2007 autorizou a repressão da Tropa de Choque da UNESP Araraquara.

As ações do governo Serra (PSDB) vislumbram o Palácio do Planalto e na verdade refletem a disputa com o PT de quem pode melhor servir a burguesia, principalmente a Fração Industrial e Agrária. Na relação com os movimentos sociais a burguesia tem um cardápio à disposição, de um lado a cooptação do PT e de outro a repressão escancarada dos tucanos.

Com a repressão, a mobilização da USP ganhou

mais força e continua impulsionada por setores independentes e de pequenos grupos como a LER-QI, contando com a adesão em assembleias e atos de mais de 3000 estudantes. Depois da repressão do dia 09 de junho, professores como Antonio Candido e Marilena Chauí já vieram a público declarar seu apoio a greve e criticar a invasão da PM no Campus, que nem a Ditadura ousou fazer.

Além disso, antes do ato do dia 18/06, o Fórum das Seis (entidade que representa professores, funcionários e estudantes da USP, Unicamp e Unesp) foi à favela de Paraisópolis convocar os moradores para o ato contra a violência policial.

A despeito de toda essa mobilização, ocorreu no Rio de Janeiro, o Congresso Nacional do Estudantes entre os dias 11 e 14 de junho, puxado pelo setor majoritário da CONLUTAS, que se dedicou exclusivamente a fundar uma nova entidade estudantil, a ANEL.

Como já havíamos declarado, a organização pela base de forma combativa e classista do movimento estudantil e dos trabalhadores não pode esperar pelas políticas liquidacionistas do campo majoritário. A derrota de 2007 já foi o bastante. Por isso apoiamos a iniciativa de formação de uma rede de organizações e oposições de base classista e combativa para encaminhar as lutas do movimento estudantil. Acertadamente as mobilizações da USP continuaram e ganham adesões dentro da universidade e das outras universidades paulistas, ampliando sua bandeira de luta para a democracia nas universidades e defesa da liberdade sindical. Todo apoio a luta dos estudantes e trabalhadores USP. ■



**Nem Enem, Nem Vestibular! Livre Acesso Já!  
Pela Reintegração de Brandão e retirada dos processos!  
Fora PM! Fora Suely!**

**Leia  
ainda:**

página 2 - Mais vale o que será? A política oportunista de ruptura com a CUT.

página 3 - "Vai-se o ANEL" e ficam os paragovernistas.

Política de guetificação e extermínio: o cercamento das favelas cariocas.

página 4 - Massacre de indígenas peruanos.

Ofensiva neoliberal no Rio de Janeiro: a privatização da saúde e da educação.

# Mais vale o que será?

## A política oportunista de ruptura com a CUT.

Entre os dias 10 e 16 de maio de 2009 foi realizado o XX Congresso da FASUBRA (Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras). Esse congresso apresentou um resultado importante: a desfiliação da FASUBRA da CUT. Esse resultado é importante por dois motivos. O primeiro é o peso que a FASUBRA tem no movimento sindical, especialmente no ramo do serviço público. O segundo é o tipo de processo e significado político que essa ruptura com a CUT expressa.

A FASUBRA é um importante sindicato no serviço público federal. Com a desfiliação da entidade, os três sindicatos nacionais da educação (ANDES, FASUBRA, SINASEFE) estão fora da CUT. As três entidades em conjunto representam cerca de 200 mil trabalhadores. Assim, no quadro geral das organizações do Serviço Público Federal, temos a formação de dois blocos: um bloco cutista, tendo a CONDISEF como a entidade de maior peso político e bases de trabalhadores, e um bloco heterogêneo de desfilados da CUT.

A ruptura com a CUT poderia representar um forte golpe nas bases sindicais de apoio ao Governo e sua política. Entretanto, não é isso que acontece. Isso porque, o processo de ruptura com a CUT foi realizado com o apoio de setores governistas da CTB, por setores da Intersindical e CONLUTAS que cada vez mais estão titubeantes.

A desfiliação da CUT foi aprovada por uma aliança entre as chapas 02 (CTB); Chapa 03 (Vamos à Luta – PSTU e outros setores) e Chapa 04 (Vamos à Luta – PSOL). A chapa derrotada foi a “Em defesa da CUT” (composta por Tribo, O Trabalho, CSD e Independentes). Mas se essa votação estratégica foi vencida por essa aliança organizada pelo PCdoB, PSTU e PSOL, o mesmo não se pode dizer da direção da entidade.

Nas eleições da direção nacional, o resultado manteve a hegemonia governista. São 25 membros. A chapa 1, “Em defesa da CUT” conseguiu 11 cargos enquanto que a chapa da CTB conseguiu 4 cargos. Ou seja, apesar da desfiliação, mantém-se a maioria governista e pelega na direção da entidade. E mais que isso, a ruptura com CUT não vem expressar como deveria, uma linha política que se contraponha ao peleguismo.

Para compreendermos a desfiliação da FASUBRA da CUT, devemos compreender a política do PCdoB e CTB para o movimento sindical. Em primeiro lugar, devemos ter em mente que o PCdoB tem investido

de forma efetiva na construção da sua Central, a CTB.

Uma das resoluções da CTB em seu primeiro congresso (realizado em abril de 2008) foi de que “*onde inexistisse sindicato filiado a alguma Central, organizariam-se núcleos sindicais da CTB*”. Enquanto organizam alianças para realizar a ruptura com a CUT, a



CTB encaminha a formação dos seus próprios núcleos sindicais para disputar efetivamente a filiação dos sindicatos.

Além do mais existe um elemento fundamental no projeto estratégico e na linha política hegemônica no movimento sindical, estes estão sendo ditados diretamente pelo bloco PT/CUT, PCdoB/CTB e centrais oficiais. A linha política definida por esse bloco foi expressa na formulação do “*Documento Unitário das Centrais Sindicais ao Presidente Lula, à Sociedade e aos Trabalhadores*”.

Esse documento tem um claro teor “desenvolvimentista” de defesa do fortalecimento do setor público e de investimentos estatais na promoção do desenvolvimento capitalista. No geral, esse documento apenas é uma defesa do sucesso das políticas anunciadas na Carta aos Brasileiros, programa do PT para o Governo em 2002.

Essa linha política foi formulada no núcleo do próprio governo, que já celebra a “unidade de ação entre os trabalhadores”, e a “maturidade das centrais sindicais”. Essa política define não somente as pautas (suas limitações) como também as formas de luta. E a CTB, que ora se apresenta como defensora da ruptura com a CUT é uma das principais articuladoras dessa política que substitui a ação direta da classe trabalhadora pela ação do Estado para promover o desenvolvimento capitalista.

O resultado dessa política é que ao invés dos sindicatos organizarem greves e ações de massa contra a crise econômica e o desemprego, eles buscam formas limitadas de ação para “disputar” as “políticas econômicas” a serem implementadas pelo Estado.

Nesse sentido, a ruptura com a CUT promovida por setores do PCdoB/CTB, representa apenas um movimento de disputa interna ao bloco dirigente (reformista, desenvolvimentista e pelego) do movimento sindical e popular. Na realidade, não somente eles permanecem nas direções das entidades ligadas ao governo, como o projeto estratégico que encaminham os colocam no mesmo campo que o PT/CUT.

Nesse sentido, uma ruptura com a CUT que não representa uma ruptura com o governismo (que significa o peleguismo dos métodos e forma de organização no movimento sindical e o programa desenvolvimentista de avanço capitalista) não vai representar avanços efetivos para a luta da classe trabalhadora. Na realidade, o que a CTB está fazendo é ocupar um espaço vazio que a CONLUTAS não soube ocupar, graças à política do seu núcleo dirigente (que acaba se perdendo e ficando a reboque da estratégia do bloco PT/CUT e PCdoB/CTB).

Mas não podemos aceitar que o movimento sindical seja apenas um consultor e apoiador externo da Petrobrás e da reestatização das empresas.

A ruptura com a CUT não significará quase nada se não for acompanhada da construção de uma linha política classista e combativa de massas. É preciso romper com as bandeiras reformistas de lutas reduzidas dos setores apelegados (CUT, CTB e centrais oficialistas).

Para isso é preciso unificar as greves por ramos de trabalho. Colocar a luta pela elevação do nível salarial e contra a precarização do trabalho, principal mecanismo de acumulação na etapa ultra monopolista do capitalismo. É preciso lutar contra os efeitos das políticas desenvolvimentistas sobre a classe trabalhadora e camadas populares (fortalecimento do latifúndio, violência sobre os povos tradicionais, degradação ambiental). É preciso reorganizar o movimento sindical, construindo um movimento nacional de oposição sindical e popular, que encaminhe a luta contra a exploração. ■

**Romper com o governismo! Construir um sindicalismo classista e combativo!**

## “Vai-se o ANEL” e ficam os paragovernistas

Nova entidade aprovada pelo PSTU amplia o fracionismo da classe e mantém o colaboracionismo com os governistas

Entre os dias 11 e 14 de junho ocorreu o CNE (Congresso Nacional de Estudantes) realizado no campus da UFRJ, localizada no fundão no Rio de Janeiro. Contando com contingente próximo a 2000 participantes, entre delegados e observadores, o Congresso teve participação majoritária da juventude do PSTU, contou também com a presença do PSOL, materializado na corrente Socialismo Revolucionário(SR), e de grupos menores como LER-QI, MR, LM,CM, ADE, Oposição CCI-UNB etc. Por problemas organizativos o CNE incorreu na redução do tempo de exposição das teses. Por outro lado, se mantiveram os painéis com intelectuais e dirigentes do PSTU o que na prática representou um espaço a mais para a defesa das concepções do campo majoritário.

Configurado numa conjuntura de franco retrocesso político o CNE deve ser entendido como um aprofundamento da política liquidacionista da direção da Conlutas. O chamando realizado para fundação de “uma nova entidade” é resultante de uma dupla necessidade: a primeira é dar um caráter mais orgânico à política de frente única com as correntes do PSOL que atuam na UNE (A FOE-UNE), considerando que esta foi dinamizada na última etapa pelo método consensual da “Frente de Luta contra a Reforma universitária” encabeçada pela FOE-UNE e Conlute; e a segunda é acatar uma condição do PSOL para fundar uma nova entidade sindical, resultante da fusão da Conlutas com a Intersindical, sem presença estudantil. Vale lembrar que este foi o patamar das críticas de correntes do PSOL, tal como o MTL que rompeu com a entidade pela direita ao PSTU no último congresso da Conlutas, onde a participação na executiva da entidade foi delimitada em 10% para estudantes.

Este é um debate apriorístico onde se atribui o “caráter do sujeito revolucionário” apenas ao operariado e confere um papel secundário aos estudantes. Ao caracterizá-lo como “policlassista” na prática não estabelece linha política para combater a reprodução de classes nas

universidades e escolas, ao mesmo tempo indica a necessidade de “aliança com a classe trabalhadora” em abstrato, sem caráter orgânico ou coordenação estratégica comum. Este tipo de esquematismo resulta em relegar o Movimento Estudantil à desestruturação e inorganicidade impossibilitando o fortalecimento de uma verdadeira retaguarda para o movimento sindical-popular.

Porém, a política de fundação da ANEL (Assembleia nacional de estudantes Livre) como nova entidade defendida pelo PSTU não foi abraçada pelo PSOL visivelmente pela ausência da maioria das correntes do partido e pela oposição das correntes presentes. Sob a crítica de que a ANEL surgiria de modo superestrutural, o PSOL recorreu sinicamente a uma falsa defesa à democracia de base para escamotear sua permanência na UNE. É importante lembrar os pactos cupulistas e “consensuais” estabelecidos pelo PSTU e PSOL como se viu acima, o que de fato estava em jogo é a proposta da ANEL do PSTU e a de um “Fórum Nacional de Estudantes” do setores do PSOL. A diferença entre elas era só de grau, pois ambas se estruturariam dentro e fora da UNE, o central foi o grau de acomodação política para um satisfatório acordos entre correntes. Ao que tudo indica este não agradou os setores do PSOL tendo em vista as críticas já realizadas pelo PSTU em sua tese pelo método consensual.

Diante desta situação surgiu na contramão da linha liquidacionista um grupo de estudantes combativos impulsionado pela Oposição CCI-UNB,ADE-RJ (defensores da tese “Construir Movimento estudantil classista e combativo”), Coletivo Pró-organização anarquista no Ceará ( da tese “Construir na lutas o novo movimento estudantil classista, combativo e autônomo”) e estudantes independentes. Este grupo realizou sucessivas plenárias com participação média de 35 estudantes que conseguiram tirar um eixo de atuação comum no CNE denunciando a política do campo majoritário e ao mesmo

tempo consolidando uma alternativa materializada numa **Rede de Estudantes Combativos** sustentada em entidades de base, oposições, CA's, DA's, grêmios etc. Este grupo entrevistou conjuntamente nos Gds e na plenária final.

Nesta plenária o CNE aprovou a nova entidade em meio a uma dinâmica anti-democrática e atropelada. Após a aprovação de pontos consensuais e respectivos destaques divergentes, a mesa passou para aprovação direta da ANEL sem repassar previamente a sistematização impressa dos pontos divergentes para o plenário e antes mesmo da aprovação do conteúdo concreto, calendário de lutas e pautas reivindicativas. Por conta desta condução burocrática e de que a sistematização lançava mão de resoluções vagas para a entidade, que iam desde a proposta da ANEL, do Fórum Nacional pleiteado pelo PSOL, da postergação da fundação da nova entidade e uma “ruptura com a UNE” abstrata já que não definida em plenário com a devida qualificação, o bloco defensor da Rede se absteve denunciando tal fato e apresentando-se como alternativa. Como a questão estratégica do CNE já estava dada e como não devia legitimar tal manobra burocrática votando em uma ruptura abstrata com a UNE de caráter unicamente estudantil, a Rede combativa se retirou realizando plenário de balanço e encaminhamento de tarefas para consolidação na base.

Em síntese final, o CNE terminou como uma entidade sem corte de classe, sem consolidação concreta na base, sem ruptura objetiva com a UNE e que provavelmente se dará em aberto realizando o chamado para os setores do PSOL. Uma condução geral do PSTU já que ficou isolado na aprovação da ANEL. Fica claro diante de tal conjuntura a necessidade de reestruturar uma oposição de base ao governismo, tal como foi a articulação ensaiada pela Rede de Estudantes Combativos, que supere os limites impostos pelo oportunismo para-governista imputado pelo PSTU na consolidação da ANEL. ■

## Política de guetificação e extermínio: o cercamento das favelas cariocas

A segregação sócio-espacial da população pobre e trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro é parte constitutiva da estrutura de opressão e exploração impostas pelo Capital e pelo Estado. Ao longo do século XX o processo de favelização materializou essa segregação.

Os interesses da burguesia, especialmente do capital imobiliário, a ocupação do solo urbano no Rio de Janeiro, criando áreas valorizadas para a especulação imobiliária e áreas segregadas, vem excluindo e guetificando a classe trabalhadora.

Nas favelas e periferias os trabalhadores são submetidos as mais variadas formas de violência: genocídio promovido pelas forças policiais, remoções, péssimas condições de vida, riscos de desabamento e de inundações.

Portanto, as favelas são alvo de políticas repressivas dos governos e da burguesia, sendo identificadas com um espaço ocupado por “classes perigosas”. E os discursos racistas e discriminatórios sempre foram construídos para justificar tais políticas de repressão. Discursos que num contexto de criminalização da pobreza assumem uma dimensão mais ampla.

A atual ofensiva contra as populações faveladas é a construção de muros cercando as comunidades. Trata-se de uma ação que articula os governos federal (Lula/PT), estadual (Cabral/PMDB) e municipal (Paes/PMDB) que irá atingir várias favelas da zona sul da cidade: Dona Marta (Botafogo), Rocinha (São Conrado), Benjamin Constant (Urca); Parque da Cidade (Gávea); Morro dos Cabritos e Ladeira dos Tabajaras (Copacabana); Morro da Babilônia

e Chapéu Mangueira (Leme); Cantagalo (Ipanema), Pavão-Pavãozinho (Ipanema) e Vidigal (Leblon).

Com o discurso pequeno burguês de preservação da mata atlântica, o projeto de enclausuramento dos trabalhadores que moram nas favelas tem recebido forte apoio da mídia burguesa, do capital imobiliário, dos militares e de políticos de esquerda, como Bittar/PT (atual Secretário de Habitação), Benedita/PT e Jandira Feghali/PCdoB (atual Secretária de Cultura).

O muro da favela Dona Marta já está sendo construído e faz parte da política de “pacificação” da favela, isto é, a comunidade está ocupada pela Polícia Militar desde novembro de 2008. Esse modelo de “pacificação” também está sendo implementado na Cidade de Deus e nos morros da Babilônia e Chapéu Mangueira.

É importante destacar que as políticas de enclausuramento de populações em guetos foram criadas pelos nazistas após a ocupação da Polônia, em 1939, onde judeus foram enclausurados em guetos. Durante o regime racista do *apartheid* na África do Sul, cercas de arame farpado foram utilizadas para segregar a população negra. E atualmente o Estado de Israel constrói muros para enclausurar os palestinos. Em todos esses casos a guetificação fazia parte de uma política de extermínio.

As políticas governamentais para as favelas sempre foram de repressão e genocídio, portanto, o cercamento das comunidades por muros é a materialização das políticas fascistas e segregacionistas que marcam a história das favelas do Rio de Janeiro. Não se pode esquecer os

casos recentes, como a ocupação do Complexo do Alemão durante os jogos Pan-Americanos (2007) pela Força Nacional, que resultou na execução de 19 moradores, e a ocupação do Morro da Providência por tropas do exército durante o projeto “Cimento Social” que teve como saldo o assassinato de três jovens no ano passado.

O atual cercamento e “pacificação” das favelas são mais um episódio dessa política de extermínio da classe trabalhadora que mora nas comunidades. A construção dos muros deve ser não só repudiada, mas também combatida pela classe trabalhadora. ■



## Massacre de indígenas peruanos

Há mais de dois meses o movimento indígena peruano está enfrentando as políticas neoliberais do presidente Alan García, que sancionou leis para beneficiar o capital imperialista na exploração de petróleo, mineração e agricultura na região da floresta amazônica do Peru.

A legislação de estímulo à exploração capitalista faz parte da implementação de um tratado de livre comércio entre o Peru e os Estados Unidos. Ficam explícitos os interesses estadunidenses nas riquezas da região. Portanto, a população indígena está enfrentando o capital imperialista pela posse das terras na floresta amazônica.

Em reposta às manifestações indígenas, o governo marionete de García promoveu um massacre no dia 5 de junho, quando forças policiais atacaram a população indígena que se rebelava na província de Bagua. Cerca de dois mil indígenas que bloqueavam a estrada de Bagua Grande foram surpreendidos, de madrugada, com uma ação policial que resultou em mais de 30 manifestantes assassinados, centenas de feridos e inúmeros detidos. O governo está escondendo as informações mais precisas do massacre.

O genocídio das populações indígenas é parte constitutiva da história e da estrutura de exploração e opressão no continente latino-americano. Por isso, não é de hoje que os indígenas protagonizam lutas sangrentas contra a exploração burguesa: Chiapas/México (1994), Equador (2000), Bolívia (desde 2000), Reserva Raposa Serra do Sol/Brasil (2008), para citar os mais eventos mais conhecidos e recentes.

Essa fração do proletariado tem enfrentado não só latifundiários e madeireiras, mas mineradoras, industriais de celulose e empresas petrolíferas. Mostrando que a luta pela preservação ambiental não pode ser apresentada pelo viés pequeno burguês, **mas por uma linha classista, passando necessariamente pela autodefesa dos “povos da floresta” e pela unificação das lutas da classe trabalhadora.**

Sendo a atual fase ultra monopolista do capitalismo um período de ofensiva burguesa, a tendência é o acirramento das lutas. Por isso, o conjunto da classe trabalhadora tem que se armar para resistir aos ataques da burguesia e, ao mesmo tempo, avançar para a destruição do Estado e do sistema capitalista. ■

**Viva a luta dos povos indígenas!**  
**Morte ao Estado e ao Capital!**

## Ofensiva neoliberal no Rio de Janeiro: a privatização da saúde e da educação.

No início do mês de abril, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, encaminhou à Câmara de Vereadores o Projeto de Lei nº 2/2009. No dia 06 de maio o Projeto voltou à Câmara e foi aprovado. Com a aprovação as OS's (Organizações Sociais) poderão gerir todas as creches e atividades voltadas para o reforço escolar. As que forem escolhidas para atuar na saúde poderão fazê-lo nas unidades criadas a partir da entrada em vigor da lei, no Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, em Acari, que desde sua inauguração em 2008 é administrado por uma empresa privada e em unidades que desenvolvam atividades destinadas ao Programa de Saúde da Família. No caso da saúde, as novas UPAS também poderão ser administradas pelas OS's.

A Lei que repassa para Organizações Sociais /ONGs a responsabilidade de gerir os recursos, equipamentos, prédios e pessoal da administração pública representa uma política de sucateamento e privatização dos serviços públicos oferecidos à população mais pobre da cidade porque permite a utilização de bens públicos e alocação de recursos orçamentários para entidades de direito privado. A prefeitura se exime de qualquer responsabilidade e deixa a população refém de entidades privadas que passarão a gerir tais serviços.

Isso beneficia não apenas iniciativa privada, através das entidades que ganharão muito dinheiro da prefeitura com os contratos de prestação de serviço que sequer prevêem licitações, mas a própria estrutura que fomenta a reprodução política clientelista que existe em todo o estado. A contratação e demissão de funcionários também estará a cargo das OS's que poderão ser dirigidas inclusive por servidores públicos. Na gestão do ex-prefeito César Maia, as creches do Rio estiveram durante um período entregues à administração de Cooperativas que recebiam verbas do poder público para administrá-las, mas deixavam faltar tudo nestas unidades, desde lápis às refeições o que obrigava os pais a fazerem “doações” para que as mesmas funcionassem. O governador Sergio Cabral também já encaminhou à ALERJ Projeto de Lei parecido, que transfere a gestão do setor da Cultura de todo o estado para as OS's.

Tanto Paes quanto Cabral alinhados com as políticas do governo Lula visam tornar ainda mais precários os serviços essenciais oferecidos aos trabalhadores através das parcerias entre as esferas pública e privada. O que estamos assistindo é a implementação cada vez mais feroz de medias neoliberais que prescrevem adoção de políticas de privatização, mas garantindo ao Estado o papel de realizar a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, colaborando com a acumulação capitalista da burguesia. O Projeto é um excelente negócio tanto para a Prefeitura quanto para o setor privado, para os capitalistas de entidades sociais como a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Ayrton Senna, dentre outras.

A atual desmobilização dos servidores públicos municipais e estaduais contribuiu para que o Projeto das OS's se tornasse realidade. Não houve praticamente resistência dos sindicatos que representam as diferen-



Cabral e Paes - unidos na tentativa de privatização do serviço público

tes categorias do funcionalismo. O SEPE, por exemplo, preferiu se debruçar sobre suas eleições internas que estarão ocorrendo nas próximas semanas a construir um movimento para impedir que o Projeto fosse aprovado. Na primeira votação da Câmara, havia expectativa quanto à sensibilização dos vereadores e o máximo que o SEPE fez foi divulgar os nomes daqueles que votaram favoravelmente. As direções preferiram reforçar o aparelhismo a lutar contra a política de privatização de Lula/Cabral/Paes.

A orientação correta deveria ter sido a adoção de métodos combativos, como ocupações de ruas e da Câmara, mas não para dialogar com os vereadores, mas deixar claro que os servidores e a população não aceitam as privatizações. Mas após a primeira votação, as direções não encaminharam nenhuma forma de luta a não ser a realização de um plebiscito, proposta muito equivocada porque já tinha sido aprovado pela categoria em assembléia o repúdio ao Projeto. O passo seguinte deveria ter sido a construção de ações concretas de luta e não a realização de uma consulta. Isso é fruto da confiança no parlamentarismo burguês e nas estruturas do Estado nutrida pela esquerda reformista (PSOL/PSTU) que por não possuírem uma orientação classista e combativa quando ocorrem os ataques reais não sabem o fazer e propõem ações ineficazes e incoerentes. Portanto, é preciso mobilizar o quanto antes as bases do funcionalismo público de todo o estado e demais trabalhadores, adotando ações diretas na luta contra as privatizações e contra o capital. ■

**Pela ação direta de todos os trabalhadores!**  
**Contra as privatizações de Lula, Paes e Cabral!**